



**DOCUMENTO FINAL  
DA ETAPA  
CONTINENTAL EM  
ORIENTE MÉDIO**

“O centro da Igreja  
não é ela própria.  
Abandonemos a  
preocupação excessiva  
conosco mesmos, com  
as nossas estruturas,  
com o modo como a  
sociedade nos olha. No  
fim, isso levar-nos-á  
a uma «teologia da  
maquilhagem»...”

(Papa Francisco)

# “O nome da Igreja é Sínodo”.<sup>1</sup>

## Preâmbulo

1. As Igrejas Católicas do Médio Oriente (Copta, Maronita, Greco-Melquita, Siríaca, Caldeia, Arménia e Latina) realizaram a sua assembleia sinodal continental em Bathania (Harissa, Líbano) de 13 a 17 de fevereiro de 2023. Estas Igrejas participaram com delegações do Egipto, da Terra Santa, do Líbano, da Síria, da Jordânia, do Iraque e dos países do Golfo Árábico. Participaram também o Cardeal Mario Grech, Secretário-Geral do Sínodo dos Bispos, o Cardeal Jean-Claude Hollerich, Relator da Assembleia Sinodal 2021-2024, e a Irmã Nathalie Becquart, Subsecretária do Sínodo. Para além dos Patriarcas, as delegações incluíam bispos e sacerdotes, religiosos e religiosas, leigos e leigas de todas as idades. O número total de participantes foi de cento e vinte e cinco, incluindo quarenta mulheres leigas e consagradas, casadas e solteiras, e quarenta homens leigos, adultos e jovens de todas as idades, casados e solteiros, e pessoas com deficiência. A assembleia sinodal contou também com a presença de amigos das Igrejas Ortodoxas e Protestantes, do Conselho das Igrejas do Médio Oriente (MECC) e de homens e mulheres agnósticos. A sessão de abertura contou com a participação de representantes de confissões muçulmanas.

2. O *Documento Sinodal para a etapa continental* foi o roteiro para o caminho da Assembleia Sinodal. A partir daí, foi um momento pentecostal em que os membros da Assembleia se deixaram guiar pela ação do Espírito Santo, de tal modo que a oração foi o fundamento sobre o qual se construíram os eixos da reflexão quotidiana, tanto nas assembleias plenárias como nos trabalhos de grupo. A escuta mútua foi o paradigma de referência, enquanto a participação reflectiu o espírito de comunhão que reinava entre os membros da Assembleia; esta comunhão atingiu a sua plenitude na Eucaristia que, celebrada de cada vez segundo um dos ritos das Igrejas Orientais, coroou o trabalho quotidiano. Além disso, a meditação da Palavra de Deus e os colóquios espirituais criaram um clima de fraternidade, de confiança, de audácia e de espírito de responsabilidade nas deliberações dos participantes, desejosos de lançar uma luz preciosa sobre a questão fundamental: *“Como pode a Igreja tornar-se mais sinodal?”*

3. A organização cuidadosa e meticulosa criou uma atmosfera de descontração e serenidade que constituiu uma valiosa motivação para um trabalho árduo e sério. O mérito é do imenso esforço feito pelo Secretário-Geral do Conselho dos Patriarcas Católicos do Oriente (CPCO), em colaboração com a comissão organizadora e as outras comissões que prepararam, ordenaram e acompanharam os trabalhos da Assembleia.

---

<sup>1</sup> João Crisóstomo, *Explicatio in Psalmum 149*: PG 55, 493.

## 1. Ele “armou a sua tenda no meio de nós” (Jo 1,14): A Palavra de Deus no meio do seu Povo

4. Desde a oração de abertura até ao fim dos trabalhos, a presença do Verbo Encarnado entre nós e em nós não deixou de guiar os nossos passos nesta assembleia sinodal. Escutámos e celebrámos a Palavra e meditámos sobre o que o seu Espírito Santo nos inspira a fazer hoje. Apercebemo-nos de que o Povo de Deus que vive no Médio Oriente é constantemente convidado a caminhar sob a orientação da Palavra e na força do Espírito, no meio de desafios, vicissitudes e infortúnios, animado pela esperança de ver este mundo transfigurado no Reino de Deus, um reino de paz, justiça e alegria, onde o amor de Deus é concedido a todos os seres humanos sem distinção.

5. Deus convida a sua Igreja, antes de mais, a formar uma única comunidade que escuta a sua Palavra, a caminhar sob a sua orientação e a discernir o que a Palavra lhe revela, com o objetivo de a difundir quando a Igreja sai ao encontro de cada ser humano, e assim permanecer fiel à sua missão. A saída para o mundo é a razão de ser da Igreja e da sua vocação. De facto, a Palavra precede a Igreja e traça para ela o caminho pelo qual, graças às inspirações do Espírito que a conduz, ela detecta as necessidades do seu Povo e do mundo. No primeiro capítulo do Evangelho de São João, o Verbo emana do Pai e “arma a sua tenda” entre nós; de facto, arma a sua tenda em nós, isto é, no seu Povo e na sua Igreja. Com a sua encarnação, o Filho unigénito realizou a presença sacramental de Deus, tornando-a real e tangível, porque a morada de Deus já não está confinada a nenhum lugar particular: tomou forma concreta no seu Corpo místico e na união dos seus membros. Quanto mais este Corpo permanece unido, harmonioso e aberto, tanto mais permite que o “Verbo” que está dentro dele saia ao encontro de cada ser humano.

6. A expressão “armar a tenda” resume todo o caminho de Deus com o seu povo, desde a metáfora da Arca da Aliança ou Tenda da Reunião, no Antigo Testamento, até ao Apocalipse, livro culminante do Novo Testamento, onde Deus arma a sua tenda na Nova Jerusalém. Assim, o caminho de Deus com o seu Povo chega ao seu termo na glória, quando ele estende a sua tenda sobre o seu Povo e no meio dele, de uma vez por todas e para a eternidade, em virtude do seu Verbo encarnado. Por sua vez, a Igreja arma a sua tenda, em resposta à presença e à ação de Deus nela, e avança até chegar à sua morada, isto é, à casa celeste, como nos ensina o livro do Apocalipse 12,12: “Alegrai-vos, pois, céus e vós que habitais nos céus”. Esta exortação à alegria retoma assim a celebração da salvação e o louvor do hino da vitória final, como sinal da esperança cristã, superando todos os nossos medos, angústias e incertezas, e transcendendo toda a realidade tangível, perceptível e visível.

7. Ao longo da história da salvação, Deus acompanha o seu povo e oferece-lhe a sua Palavra e o seu Espírito, em suma, tudo o que tem e tudo o que possui. Mas, no Novo Testamento, o caminho de Deus com o seu povo realiza-se de forma inédita

através da encarnação do Filho, que manifesta a ligação indefetível e inegável de Deus ao homem. Uma aliança eterna, uma comunhão duradoura, porque, através de Jesus Cristo, a união entre Deus e o homem se completa de uma vez por todas (*Ephapax*). A sinodalidade que aspiramos a viver plenamente só atingirá o seu auge através da comunhão pela qual Deus nos introduz, como seu Povo, na sua vida divina trinitária e na nossa comunhão uns com os outros, desde que nos reunamos à volta da palavra e do corpo do Senhor ressuscitado e trabalhemos segundo a inspiração do Espírito Santo, com o objetivo de alcançar a comunhão com o mundo através do anúncio da Boa Nova e da adesão à causa da dignidade humana.

## 11. A sinodalidade na Igreja: sua natureza e sinais

8. A sinodalidade não é algo accidental na vida da Igreja, mas um sinal inerente à sua natureza. Para nós, membros do Corpo Místico de Cristo, a verdadeira sinodalidade significa identificar-se com Cristo e imitar o seu modo de vida. Porque Cristo ressuscitou, “Ele, que tinha a forma de Deus, não guardou ciosamente a posição que o tornava igual a Deus. Mas destruiu-se a si próprio, tomando a forma de servo e tornando-se semelhante aos homens. E, tendo-se comportado como homem, humilhou-se ainda mais, obedecendo até à morte, morte de cruz” (Fil 2,6-8). Foi entre nós que ele armou a tenda da sua divindade e da sua humanidade e nos conduziu da morte à ressurreição, abrindo assim o caminho para a vida divina. Ele acompanhou-nos ao longo do caminho da vida, esteve atento às nossas provações, partilhou as nossas alegrias e ofereceu-nos o seu amor até ao fim. Para nós, Cristo é o Caminho (Jo 14,6). É por isso que os primeiros cristãos eram chamados “companheiros de viagem”, “seguidores de Jesus” (*sequela Jesu*, o seguimento de Jesus).

9. Por sua própria natureza, a Igreja é sinodal, porque não é apenas um corpo institucional e jurídico, mas antes de mais o mistério de Cristo que actua entre e naqueles que acreditam n’Ele (*Lumen Gentium*, 1-5). Esta ação é garantida pelo Espírito Santo, que foi dado à Igreja no dia de Pentecostes para a acompanhar na sua missão e “a dirigir por meio de vários dons, tanto hierárquicos como carismáticos” (*Lumen Gentium*, 4). Deste modo, os fiéis seguem juntos os passos de Cristo ressuscitado, escutando a sua palavra e discernindo unanimemente a sua vontade à luz do Espírito Santo, concordando em diálogo sobre as modalidades da sua realização hic et nunc, segundo o contexto e as exigências do Reino.

10. A Igreja sinodal é a Igreja da unidade, da catolicidade, da santidade e da apostolicidade. Estes quatro sinais constituem a Igreja de Deus num lugar, num “humus”, ou seja, numa história, numa geografia, numa cultura, numa língua, em desafios, tradições, poesia, histórias, etc. A nossa Igreja sinodal é a Igreja do Oriente Árabe, tal como a retratou o falecido Padre Jean Corbon: uma Igreja que anuncia o

mistério de Cristo e é testemunha fiel da Boa Nova, até ao martírio. É verdade que ela carrega o depósito da fé e o transmite como um “vaso de barro” (2Cor 4,7), suportando o sofrimento, a fragilidade e o medo, mas conserva o espírito de esperança. É inegável que a sinodalidade consolida a unidade, manifesta a catolicidade, conduz à santidade e salvaguarda o vínculo da apostolicidade e da missão. Isto vê-se no caminho comum de um povo unido pela Palavra de Deus, pela sua vontade e pela sua economia divina; um povo santificado pela efusão do Espírito Santo, que nele renova constantemente a vida de Cristo ressuscitado; um povo que se reúne sem distinção de espécie alguma, porque “em Jesus Cristo não há escravos nem livres” (Gal 3,28), pois toda a humanidade forma a família de Deus; um povo que, ao longo dos séculos, nunca deixou de recolher a Boa Nova dos Apóstolos e das Igrejas, transmitindo-a ao mundo com um espírito de criatividade que se adequa e se adapta à evolução dos contextos e das circunstâncias. A sinodalidade baseia-se, portanto, na ação do Espírito Santo, que nos transfigura *hic et nunc* no novo Povo de Deus, Corpo Místico de Cristo, Templo vivo do Espírito.

11. As nossas Igrejas encontram-se no centro de uma luta pela sobrevivência e por uma presença ativa, com vista a enfrentar os desafios da unidade num mundo fragmentado, minado pelo egoísmo e por atitudes viradas para dentro; os desafios da santidade num mundo que perdeu o rumo em termos de valores espirituais e humanos; os desafios da catolicidade num mundo dominado pela discriminação e cujo comportamento é marcado por um racismo ignóbil; os desafios da apostolicidade num mundo em que a excessiva mediatização ofusca os valores evangélicos do amor, da justiça e da paz. Estes desafios adquirem uma dimensão extremamente grave num Médio Oriente onde se exacerbam os conflitos armados, a violência, o ódio e a guerra. No entanto, o caminho comum das Igrejas, num espírito de autêntica sinodalidade, é a única forma de garantir o anúncio da Boa Nova e a vinda do Reino de Deus. Esta abordagem exige, portanto, que o Povo de Deus caminhe em conjunto e colabore ativamente na cura das feridas, na consolação na dor, na solidariedade nas provações, na purificação da memória, na elaboração colectiva das decisões e na sua aplicação prática.

### III. A sinodalidade na nossa tradição teológica oriental

12. A teologia das nossas Igrejas Orientais sempre fez questão de sublinhar o sentido da sinodalidade, remetendo para o mistério da economia da salvação, para a vida trinitária e para a comunhão terrena com o género humano, comunhão concretizada na convocação do Povo de Deus e na sua exortação a reunir-se naquilo a que outrora se chamava, em hebraico, *Kahal*. No seu projeto, Deus associou o seu Povo como parceiro, um povo constituído por homens, mulheres e crianças, mas também por estrangeiros, que respondem ao chamamento de Deus e acorrem de todas as direcções para o adorar, escutar a sua Palavra, discernir a sua vontade e agir de acordo com os seus preceitos.

13. Todas as nossas Igrejas Católicas Orientais, com exceção da Igreja Latina, foram instituídas segundo uma estrutura patriarcal e sinodal (ver *Orientalium Ecclesiarum*, 7-11). No entanto, a sinodalidade é vivida nestas Igrejas, antes de mais, na Liturgia, ou seja, no culto ao Deus Uno e Trino. Nenhum sínodo pode ter lugar se não for inaugurado e encerrado pela celebração da Eucaristia, sinal de comunhão e de unidade, na presença do Povo de Deus, que aprova e recebe explicitamente as resoluções adoptadas. Infelizmente, por razões históricas, os sínodos das Igrejas Orientais tornaram-se simples assembleias anuais limitadas à participação dos bispos, seguindo o exemplo das Conferências Episcopais Nacionais, embora estes sínodos se distingam claramente daquelas pela sua natureza, pelo seu poder e pelo seu estatuto condicionado pelo acolhimento de todo o Povo de Deus. É, pois, inegável que um regresso à prática sinodal, concretizada pela presença de representantes de todo o tecido eclesial, está mais de acordo com a exortação do Papa a revalorizar a teologia do Povo de Deus, a reavivar o sentido da fé (*sensus fidei*) e a assumir a responsabilidade apostólica comum, de acordo com o que é recomendado no segundo capítulo da constituição *Lumen Gentium* (9-18). Em virtude de tal regresso, a comunhão, o trabalho coletivo e o empenho ao serviço da missão comum revelar-se-ão com uma clareza mais radiante.

14. As nossas Igrejas Orientais nasceram do sistema sinodal, nomeadamente dos concílios regionais ou sínodos que, segundo os historiadores, surgiram na região da Ásia Menor na segunda metade do século XX. Na sequência do Concílio de Calcedónia, foram instituídas como Igrejas patriarcais, de acordo com as disposições do Código de Justiniano, no século 6. Ao longo dos séculos, o direito canónico patriarcal evoluiu, sobretudo após a restauração, a partir do século XVIII, da união das nossas Igrejas com a Sé Apostólica Romana. A partir de meados do século XIX, este código patriarcal foi consideravelmente afetado pelo regime confessional ou sistema dos *Millets* (comunidades confessionais), no âmbito do qual os leigos participavam como membros nos trabalhos dos sínodos. No entanto, a ingerência política e a interferência de interesses pessoais levaram à exclusão dos fiéis leigos dos sínodos, abrindo caminho para o aparecimento de uma forma de clericalismo que acentuou o domínio do poder e o autoritarismo no processo de promulgação das decisões. Graças à exortação do Papa Francisco, pretendemos hoje voltar a sublinhar o papel decisivo dos leigos nos sínodos de todos os membros do mesmo corpo eclesial, promovendo assim a aplicação prática da sinodalidade em todas as suas dimensões.

15. A sinodalidade no Oriente é essencial para gerir a pluralidade em todas as suas formas. É uma *praxis* eclesial aprovada nos sínodos das nossas Igrejas patriarcais, onde a decisão do *protos* ou *primeiro* é condicionada pelo assentimento de todos, e onde a atitude de todos os membros não contradiz a decisão do *protos*, de acordo com o cânone 34 dos Apóstolos. Esta *praxis* rege também as Assembleias dos Patriarcas e Bispos Católicos Nacionais que, nesta região, trabalham em conjunto para cumprir a mesma missão através da implementação de um plano pastoral comum. A criação do Conselho dos Patriarcas Católicos do Oriente (CPCO) veio reforçar esta cooperação; mostra, em particular, a importância do processo de caminho comum, que se exprimiu sobretudo na distribuição de *Cartas Pastorais* dirigidas, a partir de

1991, aos fiéis das diferentes Igrejas, expondo e analisando as questões mais salientes relativas à sua presença e ao anúncio do Evangelho no Médio Oriente. Mas o que caracteriza este processo de caminho comum no seio das nossas Igrejas Católicas Orientais é precisamente a sua adesão, em 1990, como família eclesial unida, ao Conselho das Igrejas do Médio Oriente (MECC), para viver em comunhão com todos os irmãos e irmãs cristãos da região, para se empenharem juntas na resolução dos difíceis desafios, para se empenharem juntas no diálogo comum com os muçulmanos, os judeus e outros elementos da sociedade do Médio Oriente, e para caminharem juntas para uma proclamação digna e eficaz do Evangelho.

16. No decurso deste caminho comum, as nossas Igrejas alimentaram-se da sua comunhão com a Igreja de Roma e com o Romano Pontífice, contribuindo assim para a construção da catolicidade da Igreja, enriquecendo-a, graças ao seu património eclesiástico, teológico, patrístico e cultural, com a sua presença, contributo e participação nos concílios e assembleias católicas romanas, recordando constantemente o seu valor como sinal que testemunha a unidade da Igreja de Cristo, evocando assim o lema do Papa João Paulo II: “A Igreja respira através dos seus dois pulmões, o do Oriente e o do Ocidente” (cf. *Ut unum sint*, 54). *Ut unum sint*, 54). De facto, o processo sinodal oferece às nossas Igrejas uma oportunidade única de se renovarem na fidelidade ao seu Mestre, o Senhor ressuscitado da morte, e na submissão às inspirações do Espírito Santo e àquilo que Ele hoje nelas insufla.

## IV. A experiência da Assembleia Sinodal Continental

17. Os participantes nos trabalhos da Assembleia Sinodal expressaram a dificuldade de comunicar nas difíceis condições que afectaram e continuam a afetar os países da região, especialmente em termos de perturbações, conflitos e guerras. As prioridades de sobrevivência e de salvaguarda da presença cristã tiveram um impacto profundo no processo sinodal, na reflexão comum, na escuta recíproca e, sobretudo, na atenção dada àqueles que parecem viver à margem da vida eclesial, em condições de distância e de estranheza. O terramoto que devastou partes da Turquia e da Síria entristeceu as mentes e os corações dos membros da Assembleia. Ao encontrarem-se com os representantes das populações destas regiões devastadas, os membros da Assembleia Sinodal ofereceram as suas orações e reflexões às populações destas regiões e fizeram tudo o que estava ao seu alcance para exprimir a sua comunhão e solidariedade com as vítimas e as suas famílias. A Assembleia Sinodal reacendeu a esperança de um novo impulso, oferecendo às nossas Igrejas e a todos os seus membros a possibilidade de retomar, com novo ímpeto, o caminho em conjunto, com o objetivo de dar testemunho e cumprir a missão, especialmente em um contexto onde coexistem culturas diversas, uma multiplicidade de religiões, diferentes correntes de pensamento e condicionamentos próprios de cada país, de cada sociedade e de cada povo. Onde as suas directrizes foram respeitadas, o processo sinodal permitiu

aos membros das nossas Igrejas fazer a experiência do caminho comum, favorecer a escuta mútua e a liberdade de expressão, especialmente por parte das mulheres e dos jovens (APECL<sup>2</sup>, §1.1, p3).

18. As sínteses elaboradas e apresentadas pelas Igrejas durante a Assembleia Sinodal, bem como as deliberações efectuadas nos grupos de reflexão e de trabalho, sublinharam unanimemente a importância crucial das seguintes questões: Unidade na diversidade; A liturgia é a nossa vida; Apelo a um ecumenismo criativo e revitalizado; A Igreja da abertura ao outro que é diferente; Comunhão e esperança no coração do sofrimento: para uma Igreja humilde; A favor da renovação das estruturas para uma Igreja mais sinodal; Os meios de comunicação social, a cultura digital e o seu contributo para tornar a Igreja mais sinodal.

#### **IV.1. A unidade na diversidade: uma fonte de riqueza ou um obstáculo?**

19. Desde o seu nascimento, a Igreja de Antioquia conheceu uma diversidade de formas de vida eclesial e litúrgica; em particular, esteve aberta às civilizações dos povos que aí se estabeleceram, às suas línguas e tradições. Do mesmo modo, as Igrejas da região viveram a sua unidade na diversidade, colocando-se ao serviço do anúncio do Evangelho e do testemunho da fé (APECL, §1.5 -p4). Esta unidade não significa uniformidade ou fusão (E. Ch. I, p3). Pelo contrário, significava uma partilha real do mesmo bem, uma resposta concertada às questões levantadas e uma apropriação comum dos desafios enfrentados (A.H.C.E, p1). O fundamento desta unidade é o mesmo batismo, a comunhão no mesmo corpo de Cristo e o chamamento para a mesma missão (APECL, §1.4, p4). Por conseguinte, a Igreja una e plural é uma Igreja constantemente renovada pelo Espírito de Deus, que a dota de todo o tipo de carismas, ministérios e estruturas, a fortalece pela unidade da iniciação que nela se realiza e pela integração de todos os seus membros sem qualquer exclusão (A.H.C.E, p2).

20. A unidade na diversidade manifesta-se no seio da Igreja Patriarcal na comunhão do mesmo sínodo, onde as dioceses partilham a responsabilidade da gestão e da pastoral, e cooperam no cuidado do Povo de Deus através da unidade da liturgia, da história, da identidade e da hierarquia. Esta unidade estende-se à comunhão com as Igrejas católicas do mesmo país e da mesma região, levando à criação de estruturas de sinergia e de parceria, como as Assembleias dos Patriarcas e Bispos Católicos criadas em cada um dos países da região, e o Conselho dos Patriarcas Católicos do Oriente. O objetivo é favorecer a cooperação no espaço pastoral comum, ao serviço do mesmo anúncio evangélico. No entanto, cada Igreja mantém a sua própria identidade e a sua antiga e ilustre tradição, que confirma a unidade na diversidade, manifesta a riqueza da pluralidade e o seu papel decisivo na expressão da mesma fé, e concretiza a catolicidade da Igreja, quer a nível das Igrejas Católicas Orientais, quer com a Igreja Católica Romana, quer com as Igrejas Ortodoxas e Protestantes do Médio Oriente.

---

<sup>2</sup> Ver Lista de acrónimos e referências, página 18.

21. Os homens e as mulheres, filhos e filhas das nossas Igrejas, são seres competentes, dotados de vários carismas e talentos que colocam de boa vontade ao serviço da unidade da Igreja e da sua renovação (E. S. I., §17, p3). Por isso, compete à autoridade eclesiástica, que mantém uma estreita colaboração com todo o povo, discernir bem os carismas e os ministérios, para que todos os membros do nosso povo assumam uma responsabilidade comum nos vários sectores da vida eclesial (E. Ch. I, §21, 23 p10-11). A este respeito, o papel dos movimentos carismáticos no Egipto, especialmente o seu impacto no reforço dos laços fraternos entre os jovens católicos através do louvor e da oração comuns (A.H.C.E, p2). Outros elogiaram os esforços feitos pelas ordens religiosas para viver autenticamente as virtudes evangélicas (E. Ch. I, §5 p4), recomendando que o ministério dos padres seja apreciado no seu verdadeiro valor, especialmente nas actuais circunstâncias difíceis (E. S. I., §15, p3). Falaram também da missão dos padres casados e do seu impacto positivo sobre a família, as crianças e os jovens. Por isso, foi pedido que se reexaminem os requisitos para a preparação dos homens casados para a receção das Ordens Sacras, e que se reconsiderem os aspectos teológicos, jurídicos, pastorais, humanos e sociais (A.P.E.C.L, §3.13, p8).

22. No entanto, manter a unidade na diversidade não é fácil; pelo contrário, é o dom do Espírito Santo. Gerir a diversidade dentro da unidade exige um enorme esforço e sacrifício, num espírito de humildade, fraternidade, arrependimento e fidelidade a Cristo. Os membros da Assembleia Sinodal tiveram de assinalar algumas queixas que prejudicam a realização da unidade no interior de cada Igreja, levando à dissensão do Povo de Deus e à sua dispersão, como a tensão que abala as relações entre o clero e os leigos e o aprofundamento da fratura que os separa uns dos outros (A.P.E.C.L, §1.7, p4), os abusos e as transgressões éticas cometidas por membros do clero, consagrados e leigos, em busca de uma vida de luxo e opulência. Estes comportamentos levaram muitos jovens a abandonar a Igreja (A.P.E.C.L, §2.3, p 5-6), provocando um estado de cansaço e desânimo entre os sacerdotes que, devido aos constrangimentos, viram o seu número diminuir (A.P.E.C.L, §1.7, p4).

23. A não abordagem de certas tensões poderia levar à desfiguração desta rica diversidade, bem como ao uso indevido do poder hierárquico, afastando-se do espírito de comunhão e partilha. De facto, o exercício dos ministérios ordenados e não ordenados tem como objetivo a construção harmoniosa do corpo de Cristo. Quando o poder não é exercido num espírito de serviço, a confiança entre os fiéis e os clérigos é corroída (C.E.C.S, §6, p2), de modo que o espírito clerical prevalecerá até ao ponto em que os bispos, os padres e as pessoas consagradas comecem a abusar do seu poder (A.H.C.E, p3). Os participantes na assembleia expressaram a sua insatisfação com as autoridades eclesiásticas que monopolizam o poder e tomam decisões sem consultar os fiéis (E. S. I., §21, p4), e queixaram-se da falta de coordenação entre os ministros ordenados e os seus parceiros leigos (E. Ch. I., §8, p5). Outros também apontaram a falta de coordenação e cooperação entre as ordens religiosas e as dioceses (E. Ch. I., §4, p5). Esta situação conduziu a uma exacerbação do espírito negativo, à alteração do sentido espiritual da comunhão (A.H.C.E., p3) e ao questionamento, por parte dos fiéis, da pertinência das decisões da autoridade

eclesiástica, quando esta monopoliza o poder de decisão em detrimento do espírito de serviço, impedindo assim o advento da unidade na diversidade.

#### **IV.2. A liturgia é a nossa vida**

24. A Constituição Pastoral *Sacrosanctum Concilium* afirma que “a liturgia é o cume para onde tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de onde brota toda a sua virtude. Com efeito, os trabalhos apostólicos visam o fim de que todos, tornados filhos de Deus pela fé e pelo batismo, se reúnam, louvem a Deus no meio da Igreja, participem no sacrifício e comam a Ceia do Senhor” (SC 10). De facto, a Liturgia é a vida das Igrejas do Oriente; a sua celebração constitui o eixo fundamental da vida eclesial (E. Ch. I., §13, p8). O ponto alto das celebrações litúrgicas é, sem dúvida, a Eucaristia, porque ela edifica a Igreja, Corpo de Cristo (1 Cor 12).

25. Embora reconhecendo o esplendor das liturgias e espiritualidades específicas das Igrejas Orientais (A.O.C.T.S), os relatórios sublinham as tensões que são criadas devido à prática por vezes a aplicação literal das regras litúrgicas tradicionais em detrimento da inteligência dos fiéis e da sua participação ativa nos trabalhos de adoração e de oração, bem como nos sacramentos. Entre estas tensões, encontram-se o aparecimento de devoções aberrantes e de fenómenos malsãos associados às aparições (C.E.C.S., §3, p3), a problematização de qualquer forma de renovação dos modelos litúrgicos tradicionais (E. S. I., §17, p3), a não adesão das novas gerações às convicções sobre os ritos e símbolos litúrgicos (C.E.C.S., §1, p4) por falta de formação litúrgica (E. S. I., §16, p3). A isto acresce o facto de que sensibilidades divergentes em relação a uma ou outra das ordens que regem a celebração litúrgica conduzem por vezes a dissensões que enfraquecem a comunhão e corroem a confiança no amor materno da Igreja. Há ainda o problema do estilo, do conteúdo e da finalidade da homilia; a desordem na escolha dos cânticos, a ausência de um organismo de controlo para verificar o conteúdo dos textos e definir a natureza do seu uso na Igreja sob a forma de recitação e de canto. Alguns participantes recomendaram que se abandonasse o puritanismo litúrgico, abrindo-se ao processo de evolução das orações litúrgicas e adaptando-as às aspirações dos fiéis, especialmente dos jovens (A.P.E.C.L, §1.2, p3), sublinhando assim a necessidade de uma reforma litúrgica capaz, por um lado, de ter em conta a salvaguarda da tradição e a sua constante evidência e, por outro lado, de se abrir à modernidade (A.P.E.C.L, §2.4, p6). Daí a urgência de deixar que a Liturgia se aclimate às realidades emergentes e ao seu contexto, para a poder regenerar (E. Ch. I., §2, p3; (A.H.C.E, p5) de acordo com as solicitações que o processo de regresso às origens implica.

#### **IV.3. Um apelo a um ecumenismo criativo e revitalizado**

26. A Igreja sinodal é ecuménica porque é a realização do caminho comum do Povo de Deus (E. Ch. I., §19, p10), um caminho que não se completa sem o encontro com os irmãos e irmãs das outras Igrejas (A.P.E.C.L, §1.3, p3-4). “No Oriente, seremos cristãos juntos ou não o seremos” CPCO, 1er carta pastoral, 1991). Com efeito, a presença cristã depende do testemunho de cada fiel e de cada Igreja, assente sobretudo no testemunho comum dos cristãos. É inegável que o movimento ecuménico no Médio Oriente contribuiu para a emergência de uma realidade

dialógica que favorece a colaboração e a interação dinâmica entre as Igrejas (E. S. I., §6, p2), e que favorece uma pastoral humana comum ao serviço da caridade, através do desenvolvimento de experiências espirituais e eclesiais concretas (A.P.E.C.L., §3.7 p7). Alguns participantes viram a experiência dos casamentos mistos como um fator positivo suscetível de consolidar as relações entre as Igrejas (E. S. I., §6, p2), enquanto outros a viram como um fator de risco e uma fonte de conflito (Igreja Copta). A participação na Assembleia de alguns amigos ortodoxos e protestantes foi uma experiência enriquecedora que confirmou a importância da convivência e da procura incansável de uma unidade visível.

27. Para os cristãos do Oriente, a unidade é uma questão de vida ou de morte (Patriarca Maximos IV). Por esta razão, a adesão da família da Igreja Católica ao Conselho das Igrejas do Médio Oriente (CECM) foi uma expressão clara do seu desejo de alcançar a unidade na diversidade, através da unidade e da colaboração em vários domínios da vida eclesial, especialmente na diaconia do anúncio, e também através da convivência com outros cidadãos de diferentes religiões e confissões. De facto, o Concílio ajuda a difundir o espírito ecuménico entre as Igrejas, a aumentar a aproximação e a pastoral de conjunto, e a reforçar o testemunho comum. É por isso que o movimento ecuménico no Médio Oriente é considerado um modelo único de um caminho comum que transcende os quadros e os limites da família eclesial isolada; um modelo de um compromisso de comunhão entre as Igrejas em toda a sua diversidade e apesar das suas diferenças doutrinárias, litúrgicas e canónicas.

28. O fechamento na identidade confessional, o medo de se abrir a uma alteridade diferente (E.S.I., §3, p1), a falta de transparência (A.O.C.T.S., §5, p2), a difusão do proselitismo exercido sobretudo por certas novas comunidades evangélicas sob o pretexto de oferecer ajuda financeira, médica e alimentar no coração da crise económica que afecta gravemente o nível de vida, são realidades sombrias que perturbam as relações inter-igrejas e prejudicam o espírito ecuménico (A.P.E.C.L., §2.8, p6). A isto juntam-se as tensões e discórdias que afectam as relações das Igrejas do Ocidente com as Igrejas do Oriente (C.E.C.S, §2, p3); os problemas do direito canónico eclesial, que se encontra dividido entre a unidade e a descentralização; a ingerência política nos assuntos ecuménicos (Igreja latina), levando alguns participantes a evocar a metáfora do “inverno ecuménico” (A.H.C.E, p4), após a idade de ouro ecuménica que prevaleceu nos anos sessenta e setenta do século passado.

#### **IV.4. A Igreja da abertura aos outros que são diferentes (alargar o espaço da tenda)**

29. Na região do Médio Oriente, vítima de graves tensões políticas, de segurança e sociais, devido ao conflito sunita-xiita no Iraque, Líbano e Síria, e à hegemonia de movimentos e organizações fundamentalistas em certos países, os cristãos sentem o perigo de desenraizamento, deportação e ameaça de aniquilação do património cristão (A.P.E.C.L., §2.11, p6). Os relatórios fornecidos pelas Igrejas Católicas do Médio Oriente e resultantes dos trabalhos da Assembleia Sinodal sublinham a emergência de várias tensões: medo de um ressurgimento da violência (E. S. I., §2, p1), risco de dissolução na cultura muçulmana predominante (E. S. I., §13, p3), o impacto do

extremismo religioso sobre a presença cristã (C.E.C.S., §9, p3), a incapacidade de criar novos métodos e estratégias para escutar e quebrar as barreiras (E. Ch. I., §10, p6), a ausência de um ambiente propício ao diálogo (E. Ch. I., §11, p7), a indiferença sedimentada e a perda de interesse pelo outro que é diferente (E. Ch. I., §24, p11), tentativas infrutíferas de diálogo e de aproximação em certos casos (E. Ch. I., §18, p9), o problema do assentamento dos refugiados palestinos e dos deslocados sírios de maioria muçulmana, que provoca disfunções na vivência da liberdade de fé em geral, e da prática livre e regular dos ritos religiosos cristãos em particular (A.P.E.C.L, §2.10, p6). No entanto, apesar de tudo isto, foi claramente reafirmada a abertura das Igrejas locais aos outros que são diferentes, em termos de fé, cultura, conceitos e escolhas. Foi também sublinhada a necessidade da escuta, do diálogo e da convivência, porque a tenda, ou seja, a Igreja, que Deus armou no coração do homem e do mundo, é suficientemente grande para acolher todos, sem qualquer exclusão.

30. O conceito do outro não se limita às mulheres e aos homens que pertencem a outras Igrejas, ou a outras religiões! O outro diferente pode ser aquele que está mais próximo de cada pessoa. Pela sua fidelidade a Cristo, a Igreja prossegue a mesma obra de redenção, na medida em que manifesta o seu amor por cada ser humano sem distinção nem discriminação. Ela não pode excluir ninguém, porque então perderia a sua identidade e a sua missão de prosseguir a redenção através de Cristo. A participação dos fiéis com necessidades especiais, dos deficientes físicos e mentais, quer na oração quer nos grupos de reflexão, foi uma expressão eloquente, durante esta Assembleia, da amplitude da tenda da Igreja. A este respeito, os membros participantes, entre os que têm necessidades especiais, sublinharam a característica da sua participação na vida da Igreja e na sua missão, de acordo com as suas próprias capacidades (A.P.E.C.L, §1.11, p4). Em todos os casos, será necessário, por um lado, salvaguardar a dignidade destas pessoas e, por outro lado, organizar acções de formação. Nas paróquias, escolas, institutos e universidades. Daí a importância de formar guias e conselheiros competentes, capazes de acompanhar estas pessoas e as suas famílias.

31. A Igreja tornar-se-á mais sinodal ao esforçar-se por promover a convivência e o diálogo com as outras religiões, com o objetivo de manifestar o único e verdadeiro rosto de Deus (E. Ch. I., §6, p5). A escuta é o primeiro passo para acolher os outros que são diferentes (E. Ch. I., 9, p6). A este respeito, os relatórios e as deliberações dos grupos de trabalho prestaram homenagem à iniciativa do Papa Francisco e do Xequé Ahmed Tayeb, Grande Imã da Mesquita de Al-Azhar, que assinou e publicou o *Documento sobre a Fraternidade Humana*. As repercussões práticas positivas foram saudadas, tal como o impacto do encontro do Santo Padre Francisco com o Ayatollah Al-Sistani no Negef (S.S.I. § 13, p. 3), e o efeito crucial produzido pelas visitas do Papa Francisco aos países do Médio Oriente, demonstrando assim a natureza positiva e promissora do diálogo com os muçulmanos.

32. As oportunidades de diálogo intensificam-se e consolidam-se através da participação em instituições e simpósios que promovem a compreensão (E. Ch. I.,

§18, p10), em encontros e reuniões de fiéis pertencentes a diferentes religiões, e em colaboração com todas as entidades religiosas com o objetivo de estabelecer bases comuns para o diálogo (A.H.C.E, p2). Por conseguinte, foi sublinhada a importância da formação para o diálogo, a promoção de iniciativas de abertura aos fiéis de outras religiões, a concretização da fraternidade humana (A.P.E.C.L, §1.5, p4), a importância de criar novos métodos de diálogo susceptíveis de ajudar a transferi-lo dos gabinetes administrativos para as paróquias e para as realidades quotidianas (A.P.E.C.L, §4.2, p8).

#### **IV.5. Comunhão e esperança no coração do sofrimento: para uma Igreja humilde (o grão de mostarda, Mc 4,30-32)**

33. As Igrejas do Médio Oriente nasceram do sofrimento e da perseguição, e a sua história foi escrita com sangue. A hagiografia dos mártires constituiu a maior parte do Synaxarium e tornou-se uma fonte de inspiração para muitos crentes, que dela retiraram a energia da esperança para sobreviver e perseverar. As suas relíquias continuam a ser fonte de bênçãos e milagres até aos nossos dias. Esta difícil realidade não impediu o surgimento de tensões e desafios, em primeiro lugar a emigração (E. Ch. I., §3 , p4), que foram francamente levantados pelas consultas no seio das Igrejas e pelas sínteses dos grupos de trabalho ao longo da Assembleia Sinodal. Os relatórios e as entrevistas denunciaram um problema fundamental de que sofrem as nossas Igrejas e que se torna cada vez mais crítico e perigoso, a saber, a emigração maciça dos jovens, que leva ao esvaziamento das Igrejas das suas capacidades e dos seus recursos (A.P.E.C.L, §1.7, p4), e à dispersão das famílias nos países da diáspora ou em deslocações internas (E. S. I., §2, p1). Este problema degenerou numa ameaça existencial (C.E.C.S, p1-2).

34. Apesar das incansáveis iniciativas tomadas pelo Papa Francisco para salvaguardar a presença cristã na região, e apesar dos esforços das suas Beatitudes, os patriarcas e bispos, para manterem as melhores relações possíveis com as autoridades civis e os líderes de outras religiões, os receios não param de crescer sobre o regresso de ondas de fundamentalismo violento, o ressurgimento da emigração, os desafios do acolhimento de imigrantes e pessoas deslocadas (A.H.C.E, p4), como preservar a identidade dos imigrantes, as suas tradições e rituais nos países da diáspora, bem como a sua pertença eclesial, por um lado, e a relação com a Igreja latina e a sua integração nos países de imigração, por outro (A.P.E.C.L, §2.9, p6). Alguns dos participantes levantaram também questões delicadas para a crentes que vivem nos países do Médio Oriente, entre outros os do armamento, do serviço militar obrigatório, da teologia da libertação? (C.E.C.S, §2 p4), bem como a fidelidade dos líderes cristãos aos valores espirituais no exercício da sua função política, em particular quando tomam decisões sobre a guerra e a paz (A.P.E.C.L, §3.6, p7).

35. Quanto às recomendações formuladas nos relatórios e no trabalho das equipas, podem ser resumidas em três pontos:

- Para a Igreja, a abertura aos outros e a escuta de opiniões diferentes alargaram os horizontes da esperança, uniram os cristãos no testemunho da sua fé e alimentaram o sentido de pertença à Igreja (A.P.E.C.L, §1.1, p3);

- Confiar nas iniciativas das Igrejas locais e das Assembleias nacionais, sem esperar por soluções do exterior (A.S.P. de 14.02.2023);
- Testemunhar que a vida consagrada oferece um bom modelo para viver com integridade e esperança no meio do sofrimento (C.S. Dulcis).

#### **IV.6. A favor da renovação das estruturas para uma Igreja mais sinodal**

36. Ficou claro para a Assembleia que as Igrejas Orientais têm uma estrutura sinodal. Para que estas diferentes estruturas possam ser postas ao serviço da comunhão, da parceria e da missão, devem ser constantemente renovadas, nomeadamente através da sua ativação a diferentes níveis: conselhos pastorais e diocesanos, assembleias nacionais de patriarcas e bispos e o Conselho dos Patriarcas Católicos Orientais, para que estas estruturas sejam mais contributivas, profissionais e transparentes, e não dificultem a transmissão da mensagem a todos. Alguns leigos e leigas proclamaram o seu desejo de viver em parceria na Igreja, partilhando responsabilidades e carregando o fardo da missão com os seus bispos e padres (A.P.E.C.L., §4.4, p8). Recomendaram o acompanhamento do trabalho dos comités financeiros e dos responsáveis pela prestação de socorro e assistência aos necessitados, pobres e aflitos (E. Ch. I., §11, p22).

37. Para responder ao apelo de Sua Santidade o Papa Francisco para construir uma Igreja mais sinodal, as Igrejas Católicas Orientais estão a esforçar-se por abordar o pluralismo cultural com maior consciência e estima pelo outro, especialmente quando acompanham jovens homens e mulheres que se sentem afastados da Igreja, para que este sentimento não se torne indiferença com o tempo. Vários participantes na Assembleia falaram da relutância dos leigos em participar na vida da Igreja, por vezes devido à falta de transparência e à tirania do autoritarismo de certos clérigos (A.P.E.C.L., §1.8, p4). Outros participantes assinalaram também a predominância do carácter institucional na Igreja, que por vezes altera os fundamentos do serviço eclesial, sacerdotal e monástico, devido ao seu afastamento do espírito de missão gratuita e do testemunho pessoal. Certas instituições eclesiais adquiriram por vezes um carácter organizativo do qual os ricos beneficiaram mais do que os pobres (A.P.E.C.L., §2.6, p6). Alguns expressaram a necessidade de as Igrejas Católicas Orientais reverem o conceito de liderança eclesial, as suas tarefas e princípios, e adoptarem fundamentos modernos de administração e governação. A renovação das estruturas eclesiais requer uma atenção particular e reserva uma maior atenção à pastoral da família, das mulheres e dos jovens.

#### **Pastoral da família**

38. Os participantes na Assembleia constataram a necessidade de cuidar da educação da família, de educar os filhos para a oração, para a leitura da Bíblia Sagrada e de os formar para a escuta da Palavra de Deus (A.P.E.C.L., §4.1, p8). Nesta educação, é com ousadia e transparência que devemos conceder a as novas questões éticas com a atenção que merecem (A.P.E.C.L., §4.4, p9). Com este objetivo, os participantes recomendaram que se dediquem programas especiais aos casais casados e aos noivos (E. Ch. I., §5, p5), e que se acompanhem os cônjuges e as famílias que encontram dificuldades devido às mudanças culturais. Deste modo, a

Igreja compromete-se a enfrentar o fenómeno da desintegração da família e trabalha para a proteger e reforçar, porque ela é o núcleo da Igreja e da sociedade (A.P.E.C.L, §3.2, p7).

39. As Igrejas observaram recentemente um aumento do número de casais separados, de pessoas que preferem mudar de denominação ou de religião para se divorciarem e de mulheres que recorrem ao aborto... (A.P.E.C.L, §2.13, p7). Consideram que a comunidade LGBTQ+ participa por vezes na transferência de ideias e conceitos da sociedade ocidental e na difusão da teoria do género no mundo da comunicação eletrónica e das redes sociais, bem como no seu impacto sobre os jovens (A.P.E.C.L, §2.12, p6).

40. O acesso aos sacramentos em alguns dos casos acima mencionados coloca muitas vezes um problema nas Igrejas. A questão é como discernir corretamente em tais situações à luz da Palavra de Deus e de acordo com os dados oferecidos pelo ensinamento da Igreja. Alguns consideram que para a Igreja Católica é necessário definir o conceito de sexualidade e as questões morais que lhe estão associadas, enquanto outros sublinham temas que ajudam a evitar problemas e dificuldades, encontrando novas formas de apoio às famílias através das instituições eclesiais (E. Ch. I., §14, p8), proporcionando programas adequados de preparação para o sacramento do matrimónio (E. Ch. I., §17, p10), comunicando com as famílias que vivem longe das igrejas (C.E.C.S, §1, p4), e procurando não excluir ninguém do processo sinodal.

### ***A vocação e o papel da mulher***

41. Os participantes na Assembleia confirmaram a vocação e o papel das mulheres na vida e na missão da Igreja, como membros constitutivos, activos e pioneiros do processo sinodal (A.P.E.C.L, §3.3, p7). A sua participação neste processo é o resultado do seu compromisso com a missão da Igreja, apesar da sua distância dos órgãos de decisão, o que levou o Departamento para a Pastoral das Mulheres na Igreja Maronita a sugerir um sínodo especial para as mulheres, uma novidade nas nossas Igrejas Orientais, tanto nos seus significados e abordagens teológicos, académicos, pastorais e sociais (A.P.E.C.L, §3.14, p8). Este processo sinodal assumiu uma dimensão ecuménica e global, incluindo membros de outras Igrejas e até muçulmanos.

42. O debate nos grupos de discussão centrou-se na questão da vocação e do papel das mulheres na Igreja, e na sua contribuição para a administração e o governo. Os participantes nesta Assembleia apelaram à Igreja para tomar iniciativas claras e intransigentes neste domínio (E. S. I., §16, p3). Isto requer coragem profética, especialmente quando a questão do ministério das mulheres foi discutida (A.P.E.C.L, §1.14, p5). No entanto, antes de abordar esta questão, é necessário dar formação teológica, eclesial e técnica às mulheres envolvidas, antes que algumas delas assumam um papel ativo na administração ou recebam um ministério eclesial como o de diaconisas em obras de caridade (A.P.E.C.L, §1.16, p5).

### **Pastoral juvenil**

43. A Assembleia sublinhou a importância dos jovens e o seu papel na vida da Igreja, bem como o seu apoio e formação, particularmente para aqueles que se afastaram da comunhão eclesial (A.H.C.E, p3). Insistiu também na necessidade de acompanhar os vítimas traumatizadas pela agressão moral que lhes é infligida por certos eclesiásticos e leigos, bem como a ajuda de que necessitam para enfrentar os desafios com que se deparam (A.P.E.C.L, §2.3, p5-6).

44. A Assembleia exprimiu a necessidade de encorajar e apoiar iniciativas que convidem os jovens a encontrarem-se e a trabalharem em conjunto para anunciar a Boa Nova, incluindo, a título de exemplo, os encontros preparatórios de jovens para acompanhar a Assembleia Sinodal, a pastoral universitária, os encontros de oração baseados na espiritualidade da Comunidade Ecuménica de Taizé, as Jornadas Nacionais da Juventude, a experiência ecuménica sinodal que reúne jovens dos países do Médio Oriente sob a égide do grupo *Nós Escolhemos a Vida* e da fundação *Pro Oriente*, e outros encontros e reuniões... Hoje, os jovens precisam de encontrar na síntese desta assembleia sinodal a prova do compromisso da Igreja com estas orientações, reconhecendo a sua fraqueza na capacidade de enfrentar questões delicadas que exigem palavras proféticas e posições explícitas. A transparência e a sinceridade com que os responsáveis eclesiásticos se comportam a todos os níveis ajudam os jovens a reconstruir a sua auto-confiança, de acordo com as exigências impostas pelo desejo de purificar as suas memórias e de conduzir a sua vida pelo caminho do arrependimento. Tudo isto ajuda a renovar a pastoral juvenil e a atrair os jovens para a pessoa de Jesus Cristo, como afirma o Papa Francisco na sua exortação apostólica: "Cristo vive" (capítulo 7). Desta forma, a Igreja torna-se mais sinodal (J. APECL).

### **IV.7. Os media, a cultura digital e o seu contributo para uma Igreja mais sinodal**

45. Os meios de comunicação social e a publicidade estão no centro da missão da Igreja de pregar a Boa Nova da salvação ao mundo, pelo que a Igreja tem sido pioneira na conceção de métodos, técnicas e recursos mediáticos e informativos para proclamar a Boa Nova da Ressurreição. Desde a Antiguidade, as cópias manuscritas da Bíblia Sagrada e as orações surgiram nas nossas Igrejas Orientais como meio de difusão de informação escrita. Posteriormente, o ícone, que transmite e representa os factos bíblicos da salvação, foi adotado como meio de transmissão visual. Seguiu-se a utilização de melodias populares nas Igrejas de rito síriaco, substituindo os seus textos pela prosa e poesia dos Santos Padres, incluindo a figura eminente de Santo Efrém, o Sírio, a harpa do Espírito Santo. Este processo é considerado um instrumento audio-média.

46. As Igrejas Orientais acompanharam o desenvolvimento dos meios de comunicação social. Criaram instituições especializadas em vários países e reforçaram as suas estruturas através de centros católicos de comunicação social, supervisionados por comissões episcopais. Dada a importância deste sector, o serviço da Boa Nova e da "nova evangelização" depende do bom uso que as Igrejas fazem da comunicação e da cultura digital. Durante as consultas sinodais e os trabalhos da Assembleia, foram

feitas as seguintes afirmações: mostrar a importância dos media como instrumento de comunicação eficaz para transmitir a Boa Nova (E. Ch. I., §12, p7); afirmar que os peritos cristãos dos meios de comunicação social, clérigos e leigos, devem assumir a responsabilidade de testemunhar a favor dos princípios e valores cristãos (A.O.C.T.S.), confrontando-se com conceitos e ideias que ofendem a dignidade humana e alimentam o espírito de afastamento de Deus e contribuem para a difusão da decadência moral (A.P.E.C.L., §3.18, p8). É também confirmada a necessidade de formar especialistas no domínio da comunicação cristã e dos media (A.P.E.C.L., §4.3, p8). As conclusões das Igrejas e os debates da Assembleia alertaram para as repercussões do abuso dos meios de comunicação social nos fiéis, em particular nos jovens (A.P.E.C.L., §2.7, p6).

## V. Como é que as nossas Igrejas Católicas Orientais podem tornar-se mais sinodais?

47. “O nome da Igreja é Sínodo. Esta definição esclarece-nos sobre o modo como podemos compreender a própria natureza da Igreja, bem como a unidade dos seus membros e a complementaridade das suas funções, e a sua união em Jesus Cristo, através da ação do Espírito Santo. Na história, a Igreja é o Povo de Deus que caminha junto para a realização do Reino do Pai. Mas como é que esta sinodalidade se pode desenvolver? E quais seriam os meios para o conseguir?”

48. No decurso da Assembleia Sinodal, na oração, no diálogo espiritual, no debate e na discussão, surgiram propostas que poderiam ajudar as Igrejas a estarem mais em sintonia com a sua natureza mais profunda e a tornarem-se mais sinodais. Aqui estão as mais importantes:

- a. Provocar uma mudança na mentalidade de todos, leigos e clérigos, para aceitar o universalismo da salvação por Cristo e para nos dotarmos dos meios adequados para melhor o compreender e realizar. Isto exige que cada batizado viva e se reconheça como membro do Povo de Deus, através da palavra, da ação empenhada, do exemplo e do testemunho.
- b. Reconhecer a complementaridade entre o sacerdócio real e o sacerdócio ministerial (diaconado, presbiterado, episcopado), ambos participantes do único Sacerdócio de Cristo e ordenados entre si (LG 10). Para este fim, adotar o discernimento espiritual como método para promover a escuta, o caminhar juntos e a capacidade de reconhecer a vontade de Deus.
- c. Afirmar que cada fiel batizado tem um “sentido da fé” e que a Igreja realiza a sua missão através do apelo universal à santidade, até que Cristo seja “tudo em todos”. Comprometer-se a caminhar juntos, apesar de tudo o que isso exige em termos de abnegação e de abertura aos outros para os aceitar tal como são.
- d. Trabalhar para a renovação da vida litúrgica nas Igrejas, tendo o cuidado de

- preservar o essencial da Sagrada Tradição e, ao mesmo tempo, assegurar que os serviços litúrgicos sejam adaptados às necessidades actuais do Povo de Deus, de acordo com os contextos e circunstâncias dos diferentes países e sociedades. Na medida em que a vida de todo o Povo de Deus se organiza em torno da Liturgia, é importante ter em conta todos os factores envolvidos e formar bem os membros que trabalham para esta renovação da vida litúrgica.
- e. Purificar o ministério dos presbíteros de todas as fraquezas e deficiências presentes nalguns deles, porque incompatíveis com a santa vocação e o serviço à imagem de Cristo, o Servo por excelência. Esta purificação exige uma revisão dos meios e dos critérios de escolha dos candidatos às ordens sagradas do diácono, do presbítero e do bispo. Não se trata apenas de verificar as suas competências científicas e teológicas, ou os seus conhecimentos de gestão e administração, mas sobretudo a sua capacidade de respeitar o seu compromisso sagrado e de levar uma vida de virtude que seja sinal de empenhamento pastoral e de amor a Cristo até ao martírio (ver as notas sobre os papéis pendurados nas paredes).
  - f. Empenhar-se de forma irreversível na restauração da unidade visível da Igreja e promover relações ecuménicas com as Igrejas e as comunidades eclesiais do Médio Oriente. Além disso, devem ser desenvolvidas novas iniciativas em relação a outras Igrejas, particularmente nos domínios da cooperação e do testemunho comum. Operacionalizar o papel das Igrejas católicas no seio do Conselho das Igrejas do Médio Oriente e procurar unificar as datas das festas. A experiência dos acordos pastorais sobre o tema da identidade eclesial, da comunhão e casamentos mistos (Charfet-1996) poderia ser considerado um modelo para tais iniciativas, especialmente para a unificação da data da celebração da Páscoa.
  - g. Reconhecer o valor da diversidade religiosa, cultural e humana na região do Médio Oriente e confirmar a escolha de viver juntos para abrir uma nova página nas relações com muçulmanos e judeus, bem como com adeptos de outras religiões, agnósticos e aqueles que declaram não pertencer a nenhuma religião, corrente filosófica ou ideologia em particular. Trabalhar para a purificação da memória e empenhar-se num diálogo autêntico e corajoso, baseado na caridade e no respeito mútuo. Só nestas condições as nossas Igrejas Orientais poderão contribuir para a pastoral da reconciliação ao serviço do bem comum e do futuro dos povos da região.
  - h. Abandonar todas as formas de exclusão das mulheres no que diz respeito à sua participação na vida da Igreja, nomeadamente na preparação das decisões eclesiais. As nossas Igrejas respectivas deveriam começar a pensar seriamente no restabelecimento do diaconado das mulheres. Aguardamos com impaciência as conclusões do Sínodo para as Mulheres, iniciado e implementado pela Igreja Maronita, com o objetivo de permitir que as mulheres sejam mais activas e mais presentes na vida das Igrejas Católicas Orientais.
  - i. Confiar nos jovens e acreditar nos seus dons e na sua capacidade de contribuir para as várias responsabilidades, nomeadamente no serviço do anúncio da Boa Nova. Isto requer um acompanhamento pastoral que consiste em ouvi-los

atentamente, acompanhá-los e ajudá-los a discernir a sua vocação nas suas Igrejas. Ter fé na participação das pessoas com deficiência e no valor e importância do seu papel construtivo na vida da Igreja. A sua experiência humana e espiritual deve ser acolhida, assim como a expressão da sua esperança, que pode inspirar os que são capazes.

j. Adotar métodos de governo e de transparência para a administração das instituições eclesiais nos vários sectores. Muitas vezes se levantaram entre os fiéis das Igrejas Católicas Orientais, apelando a um reexame dos métodos de governo e de administração, particularmente na tomada de decisões. Estas vozes têm apelado a uma compreensão do poder como uma das expressões concretas da caridade e do serviço.

k. Evitar os complexos de minoria e banir o medo que lhes está associado, devido às muitas provações sofridas com a perseguição, a imigração e outras situações difíceis, para não sucumbir às tentações e preservar a Fé e a Esperança. É necessário também envidar esforços para que os cristãos possam criar raízes nos territórios dos respectivos países e contribuir para travar o atual processo que está a esvaziar o Oriente da sua presença cristã e a ameaçar mudar a sua identidade demográfica. Isto exige uma estreita colaboração com as autoridades civis. Além disso, se as nossas Igrejas quiserem encarnar a Igreja da Esperança no Médio Oriente, é necessário reavivar o espírito profético que escuta a vontade de Deus e trabalha para a realizar, porque Deus é o verdadeiro Mestre da História. É assim que o testemunho da Esperança permanece até ao fim dos tempos.

## VI. Prioridades

49. De todas estas conclusões sinodais, emergem três prioridades que, do ponto de vista das Igrejas Católicas Orientais, merecem ser apresentadas na primeira assembleia plenária do próximo Sínodo (outubro de 2023):

- a. Ajudar as Igrejas particulares a promover a catolicidade da Igreja numa relação harmoniosa entre Unidade e Diversidade, preservando a especificidade de cada uma delas? Neste sentido, qual é o contributo e o papel das Igrejas Católicas Orientais na comunhão de todas as Igrejas?
- b. Clarificar as estruturas de comunhão e os laços jurídicos entre as Igrejas Patriarcais Católicas e o Sucessor de Pedro na Sé de Roma? Reconsiderar a natureza da sua relação com os vários dicastérios da Cúria Romana que estão ao serviço da comunhão na Igreja universal?
- c. Definir e promover as estruturas e os mecanismos mais adequados para tornar a sinodalidade uma realidade na vida da Igreja, Povo de Deus, tendo em conta a multiplicidade e a diversidade dos contextos religiosos e socioculturais em todo o mundo?

## Conclusão

50. Na alegria experimentada pela ideia de um encontro que permitiu celebrar a Igreja Una, e apesar da tristeza ligada à perda das vítimas dos terremotos assassinos na Turquia e na Síria, foi-nos dada a graça de celebrar a Assembleia Sinodal Continental das Igrejas Católicas do Médio Oriente e do Golfo Árabe. Juntos, escutámo-nos uns aos outros e à mensagem que o Espírito nos transmite hoje. Todos os participantes nesta Assembleia expressaram as suas alegrias e esperanças, bem como os receios e desafios que enfrentam. Isto encorajou-os a empreender iniciativas concretas nas quais se investiram nas suas respectivas igrejas. Além disso, a sua participação garantiu que a sinodalidade fosse uma experiência real e um espaço de livre expressão, especialmente para as mulheres e os jovens, bem como para muitas pessoas cujas vozes já não eram ouvidas; ou para as pessoas com deficiência; e, finalmente, para todos aqueles que se encontravam à margem da vida pastoral. A experiência desta Assembleia Sinodal foi uma espécie de remédio para muitas situações difíceis no seio de cada Igreja e para as relações tensas entre as diferentes Igrejas. Esta Assembleia reconheceu claramente duas dimensões sem as quais a Igreja perderia a razão de ser e a alma da sua existência no Oriente: a dimensão ecuménica, que diz respeito às relações com as Igrejas irmãs; e a dimensão dialógica, que assegura a abertura e o encontro com as outras religiões.

51. É evidente que o Povo de Deus no Médio Oriente é chamado a dar testemunho da sua fé, através da sua vida e da sua Esperança, apesar da complexidade do contexto atual. O apelo à renovação, ao caminhar juntos, ao diálogo e ao discernimento é urgente e não pode ser adiado. Recolher sem demora os frutos da sinodalidade é uma questão de compromisso constante para caminhar juntos atrás de Cristo e sob a orientação do Espírito Santo, como Povo de Deus, animados pelo desejo de promover a fraternidade humana. É assim que as Igrejas Católicas Orientais poderão responder ao apelo de Sua Santidade o Papa Francisco para alcançar o que Deus quer para a sua Igreja no terceiro milénio: ser mais sinodal.